

**HABEAS CORPUS Nº 567.585 - PE (2020/0071623-6)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : WERYD LUIZ SIMOES DA SILVA**  
**ADVOGADO : WERYD LUIZ SIMÃOES DA SILVA - PE043967**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PACIENTE : HILDEBRANDO FELIX DA SILVA SOUZA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Pernambuco que denegou o *writ* de origem em acórdão assim ementado (fl. 197):

*HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. LATROCÍNIO TENTADO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. TESE DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA AUTORIA DELITIVA. NECESSIDADE DE ANÁLISE DE PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE POR ESTA VIA. DECRETO PREVENTIVO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E NA CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. PERICULOSIDADE DO AGENTE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS QUE, DE PER SI, NÃO JUSTIFICAM A CONCESSÃO DA ORDEM. SÚMULA 86 DO TJPE. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO. ART. 282, § 6º DO CPP. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. ORDEM DENEGADA.*

1. Não se pode, através desta estreita via, analisar as provas da ação penal com o fito de comprovar, de forma inequívoca, a autoria do crime. A ocasião adequada é o processo de conhecimento, visto que, este sim, possui dilação probatória garantida.
2. A necessidade de assegurar a ordem pública e a instrução criminal está evidenciada nas circunstâncias do caso, em especial pela periculosidade do paciente, evidenciada por seu *modus operandi*, somadas ao fato se tratar de policial militar.
3. As condições pessoais favoráveis não são fundamento suficiente para, isoladamente, justificar a concessão da liberdade provisória.
4. Não é cabível a aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão, por estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante preconiza o art. 282, § 6º do CPP.
5. Ordem denegada.

O paciente foi preso preventivamente em 27/9/2019 e denunciado pela prática do delito tipificado no art. 157, § 3º, II, c.c. os arts. 14, II, 288, parágrafo único, 29 e 69, todos do Código Penal e 1º, II, da Lei 8.072/90.

O impetrante argumenta, em suma, inépcia da inicial, ausência dos

requisitos previstos no art. 312 do CPP e excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal, requerendo, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou a sua substituição pelas medidas cautelares previstas no art. 319 da mesma lei processual, mormente pelo risco de infecção pelo novo coronavírus.

Na origem, Processo 0005892-15.2019.8.17.0990, oriundo da 3ª Vara Criminal de Olinda/PE, foi juntada defesa prévia em 9/3/2020, conforme informações processuais eletrônicas extraídas do *site* do Tribunal *a quo* em 20/3/2020.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto preventivo foi proferido nos seguintes termos (fls. 69-70):

**[...] Analisando o conjunto probatório, constato que, para êxito da repressão aos graves crimes de natureza patrimonial, os quais vêm aterrorizando a população, além de privá-las da utilização de instituições, acrescido de que tais crimes causam graves prejuízos não só às instituições, como também ao comércio local, ao patrimônio público, trazendo inúmeros riscos de vida para aqueles que exercem as atividades de abastecerem os caixas eletrônicos e, no caso em análise, ao mesmos dois dos integrantes do carro forte saírem lesionados, entendo, por fim, que a decretação da custódia faz-se necessária, havendo indícios suficientes da participação dos representados no grave crime ocorrido nesta Comarca, onde, a cada dia, os clientes e funcionários de instituições sentem-se temerosos de exercerem suas atividades ou mesmo de efetuarem qualquer transação bancária.**

Acresce, ainda, o fato de que é do conhecimento das autoridades que tais crimes vêm financiando outros crimes e que os integrantes desses grupos integram uma verdadeira associação criminosa, devendo, como tal, serem adotadas medidas enérgicas, objetivando retirar da sociedade ditos criminosos, estancando os seus crimes.[...]

Como se vê, consta do decreto prisional fundamentação que, neste juízo inicial deve ser considerada idônea, com esteio na gravidade da conduta que, segundo a denúncia de fls. 101-105, *o paciente, juntamente com três indivíduos, ainda não identificados, desembarcaram de um veículo Ford KA,*

*de cor branca, placa 3371/PE, no estabelecimento do comercial Supermercado Maxxi Atacado e foram diretamente para o vigilante Fiel (aquele que carrega o malote de dinheiro) efetuando disparos de arma de fogo, disparos estes que atingiram dois vigilantes que faziam a escolta do Fiel. No entanto, os vigilantes não vieram a óbito, por circunstâncias alheias à vontade dos agentes que efetuaram os disparos. Ressalte-se que os disparos foram efetuados por Fuzil (calibre 556) e por submetralhadora (.40), subtraindo um malote com aproximadamente R\$ 62.000,00.*

Com efeito, a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no *modus operandi* do delito, e diante da acentuada periculosidade do acusado, evidenciada na propensão à prática delitiva e conduta violenta. Confira-se: HC n. 299762/PR – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 2/10/2014; HC n. 169996/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 1º/7/2014; RHC n. 46707/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 18/6/2014; RHC n. 44997/AL – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Marilza Maynard (Des. convocada do TJSE) – DJe 12/5/2014; RHC n. 45055/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 31/3/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Por outro lado, a crise mundial do *Covid-19* trouxe uma realidade diferenciada de preocupação com a saúde em nosso país e faz ver como ainda de maior risco o aprisionamento – a concentração excessiva, a dificuldade de higiene e as deficiências de alimentação naturais ao sistemas prisional acarretam seu enquadramento como pessoas em condições de risco.

O Judiciário brasileiro permanece atuando, mas com redução de audiências e suspensão dos prazos, assim prolongando a conclusão dos feitos, daí gerando também maior risco pela demora das prisões cautelares.

Nesse momento, configurada a dificuldade de rápida solução ao mérito do processo e o gravíssimo risco à saúde, o balanceamento dos riscos sociais frente ao cidadão acusado merece diferenciada compreensão, para restringir a prisão cautelar. Apenas crimes com violência, praticados por agentes

reincidentes ou claramente incapazes de permitir o regular desenvolvimento do processo, poderão justificar o aprisionamento. Crimes eventuais e sem violência, mesmo com justificada motivação legal, não permitem a geração do grave risco à saúde pela prisão.

Esse é o sentido da Recomendação 62/2020 do CNJ, art. 4º:

[...] **CONSIDERANDO** a declaração pública de situação de pandemia em relação ao novo coronavírus pela Organização Mundial da Saúde – OMS em 11 de março de 2020, assim como a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional da Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, da mesma OMS, a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN veiculada pela Portaria nº 188/GM/MS, em 4 de fevereiro de 2020, e o previsto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus;

[...]

**CONSIDERANDO** que a manutenção da saúde das pessoas privadas de liberdade é essencial à garantia da saúde coletiva e que um cenário de contaminação em grande escala nos sistemas prisional e socioeducativo produz impactos significativos para a segurança e a saúde pública de toda a população, extrapolando os limites internos dos estabelecimentos;

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e à propagação do novo coronavírus particularmente em espaços de confinamento, de modo a reduzir os riscos epidemiológicos de transmissão do vírus e preservar a saúde de agentes públicos, pessoas privadas de liberdade e visitantes, evitando-se contaminações de grande escala que possam sobrecarregar o sistema público de saúde;

**CONSIDERANDO** o alto índice de transmissibilidade do novo coronavírus e o agravamento significativo do risco de contágio em estabelecimentos prisionais e socioeducativos, tendo em vista fatores como a aglomeração de pessoas, a insalubridade dessas unidades, as dificuldades para garantia da observância dos procedimentos mínimos de higiene e isolamento rápido dos indivíduos sintomáticos, insuficiência de equipes de saúde, entre outros, características inerentes ao “estado de coisas inconstitucional” do sistema penitenciário brasileiro reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 347;

[...]

**RESOLVE:**

[...]

Art. 4º - Recomendar aos **magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal** que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, **considerem as seguintes medidas:**

I – a **reavaliação das prisões provisórias**, nos termos do art. 316, do Código de Processo Penal, **priorizando-se:**

a) mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de

até doze anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência **ou que se enquadrem no grupo de risco**;

b) pessoas presas em estabelecimentos penais que estejam com ocupação superior à capacidade, que não disponham de equipe de saúde lotada no estabelecimento, que estejam sob ordem de interdição, com medidas cautelares determinadas por órgão do sistema de jurisdição internacional, ou que disponham de instalações que favoreçam a propagação do novo coronavírus;

c) **prisões preventivas que tenham excedido o prazo de 90 (noventa) dias ou que estejam relacionadas a crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa;**[...]

*In casu*, como visto acima, o crime foi praticado com extrema violência, utilizando os agentes de armamentos pesados à sua concretização – *Fuzil (calibre 556) e submetralhadora (.40)* –, não vindo a óbito os vigilantes por circunstâncias alheias à vontade dos réus, bem como não houve a demonstração de que o paciente esteja enquadrado nas hipóteses de situação de risco, não se enquadrando às exigências da recomendação citada.

No tocante ao excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal, aos prazos consignados na lei processual deve-se atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. Com efeito, uníssona é a jurisprudência no sentido de que a ilegalidade da prisão por excesso de prazo só pode ser reconhecida quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência indevida coação.

Na hipótese, ao menos em cognição sumária, não se detecta manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da medida de urgência, pois se faz necessário o exame circunstancial do prazo de duração do processo.

Por fim, a alegação de inépcia da inicial é claramente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, garantindo-se assim a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações, em especial, acerca do andamento detalhado da ação penal e da situação prisional do paciente.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator